

ONGs e políticas neoliberais no Brasil*

de Joana A. Coutinho.

Os anos 1990, as ONGs e seu protagonismo na implementação do neoliberalismo no Brasil

**The 1990s, the NGOs and their protagonism in the
implementation of neoliberalism in Brazil**

por Ilse Gomes Silva**

Em *ONGs e Políticas Neoliberais no Brasil*, Joana A. Coutinho reconstitui a trajetória das ONGs e do Terceiro Setor em suas múltiplas determinações econômicas, políticas e ideológicas que, desde a década de 1990, assumiram a cena política. Com uma discussão crítica e original, fruto de pesquisa de doutorado em Ciências Sociais desenvolvida na PUC-SP, sob a orientação do professor Lúcio Flávio de Almeida, somos conduzidos aos processos de reorganização da sociedade civil e da relação Estado/classes sociais que implicaram na consolidação das políticas neoliberais no Brasil.

A autora empreende um profundo estudo da bibliografia sobre o tema e, ao realizar sua crítica, acrescenta elementos novos para a compreensão do fenômeno. Do rigor de sua análise, compreendemos que a relação de determinação/constituição dos espaços nacionais e transnacionais de reestruturação do capitalismo foi/é fundamental para a consolidação das ONGs como sujeitos privilegiados dos governos na implementação de políticas estatais. Longe de uma linguagem para especialistas, a exposição da pesquisa foi organizada de forma que o leitor possa identificar o entrelaçamento político, econômico e

*Florianópolis: Editora UFSC, 2011. 147p.

**Doutora em Ciências Sociais; professora da UFMA; coordenadora do Grupo de Estudos de Política e Ideologias (GEPOLIS), na mesma Universidade. End. eletrônico: ilse@terra.com.br

ideológico do processo que garantiu às ONGs e ao Terceiro Setor assumirem a condição de principais agentes da implementação das políticas neoliberais na década de 1990. ONGs e Terceiro Setor vão sendo descortinados, deixando à vista o processo pelo qual se transformaram em “centros de assessorias” e em parceiros dos governos. O aspecto “não governamental” e “sem fins lucrativos” das ONGs se revela bem funcional para a massificação e materialização da intervenção estatal de caráter neoliberal, pois oculta a mercantilização e a ruptura com o padrão universalista das políticas públicas. Coutinho observa nesta relação uma dimensão estrutural do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado implementado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso em 1995, quando a reforma do Estado, em âmbito transnacional aparecia como uma das alternativas à crise econômica das últimas décadas do século XX. O Estado, ao ser responsabilizado pelos ideólogos neoliberais pela crise, se reestrutura de acordo com as necessidades ditadas pela esfera econômica.

Enquanto na década de 1980 o cenário político brasileiro foi marcado pela presença dos chamados novos movimentos sociais, que na sua diversidade social e heterogeneidade de concepções políticas lutaram pelo fim da ditadura militar, democratização do Estado e participação popular, os anos 1990 se inicia com parte considerável desses movimentos sociais inseridos na dinâmica do aparelho do Estado, deixando no passado a radicalidade de suas propostas e as críticas às políticas governamentais. É esse contexto que pavimenta a entrada das ONGs e do Terceiro Setor na condição de parceiros preferenciais na implementação das políticas neoliberais no Brasil.

O processo de reforma do aparelho de Estado no país empreendeu uma ação agressiva contra os direitos sociais conquistados através das lutas sociais dos anos 1980 e modificou a natureza universalista e pública das políticas estatais. Essa reforma ampliou a penetração do capital externo, privatizou empresas estatais, estabeleceu mudanças constitucionais que flexibilizaram a relação capital/trabalho no país, intensificando a precarização das condições de trabalho, e fragilizou o tímido sistema de proteção social.

As ONGs e o Terceiro Setor se encaixaram no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado através da redefinição da área de intervenção do Estado que abriu a prestação de serviços públicos, antes de exclusividade do Estado, como educação e saúde, para a iniciativa privada. Sob o selo de “responsabilidade social” ou “empresas cidadãs”, ONGs e Terceiro Setor desempenham um papel ideológico nas políticas de geração de emprego e renda e na reciclagem da imagem das empresas que fazem das políticas sociais focais e localizadas um eficiente marketing promotor da ‘imagem da empresa’ e ampliador de seus lucros. Esse mecanismo tem um efeito perverso: enquanto incentiva o voluntariado,

transforma “a solidariedade, própria das práticas sociais das classes populares, em mais um mecanismo institucionalizado de exploração de classe”.

Desta análise, depreende uma outra: a contradição política da organização dos Fóruns Sociais Mundiais. Estes, ao surgirem como alternativa política ao Fórum Econômico Mundial e ao se tornarem espaço de resistência ao neoliberalismo sob o lema “um outro mundo é possível”, caem na armadilha das ONGs, suas principais organizadoras, cuja prática política não tem como horizonte um projeto socialista, mas, ao contrário, diluem aqui e agora na chamada ‘sociedade civil’, a natureza de classe dos componentes. Afinal que interesses têm em comum corporações multinacionais, bancos, máfias, movimentos sociais, sindicatos? Demonizar conjuntamente o Estado?

O livro de Joana A. Coutinho torna-se leitura obrigatória para compreender os estreitos laços entre *ONGs e Políticas Neoliberais no Brasil*.